

Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

MST e Reforma Agrária: breves notas sobre o livro
“Combatendo a desigualdade social”

Arnaldo José Zangelmi¹

Fabício Roberto Costa Oliveira²

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami], São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹ Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). arnaldozan@yahoo.com.br

² Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). frcoliveira@yahoo.com.br

O livro *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, organizado por Miguel Carter, reúne estudos de vários autores fundamentais no debate acadêmico sobre a questão agrária brasileira. Os estudos que compõem o livro têm ênfase na compreensão do significado da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Composta por artigos de autores de várias nacionalidades (Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, México, Argentina e Paraguai), essa obra é fruto de reflexões em várias ocasiões, com destaque para uma conferência internacional sobre o MST e a reforma agrária no Brasil, realizada no Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, em outubro de 2003, que reuniu vários dos pesquisadores cujos trabalhos compõem essa coletânea.

Os autores dos capítulos desse livro assumem posturas críticas frente às políticas públicas no Brasil, omissas na resolução da questão da desigualdade social, sobretudo no que diz respeito à reforma agrária. Em vários momentos é destacado o papel desempenhado pelo MST na proposição e exigência de que o Estado assuma a responsabilidade e atue no real enfrentamento dos problemas sociais brasileiros.

Já na introdução, Miguel Carter revela dados importantes sobre a profunda e assustadora desigualdade brasileira. O MST é apresentado como desafiador dessa desigualdade, denunciando-a e exigindo atuação estatal nesta problemática. Para Carter, essa desigualdade compromete a construção de uma vivência democrática no Brasil.

O livro é dividido em quatro blocos. O primeiro intitulado *A questão Agrária e os Movimentos Sociais no Campo*, busca compreender, em perspectiva histórica, as complexas relações políticas em torno da questão agrária, com ênfase na atuação dos movimentos sociais no campo e suas transformações. Os dados referentes a produtividade, demandas por terra e valores de produção fornecem subsídios que ajudam a entender a atuação dos movimentos sociais e toda a complexidade política que envolve a questão agrária. Nesse primeiro

bloco encontram-se os artigos *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*, de Guilherme Costa Delgado; *Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX*, de Leonilde Sérvo de Medeiros; e *A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária*, de Ivo Poletto.

Destacamos, nesse conjunto, o trabalho de Leonilde Medeiros, que se concentra na emergência de novos conflitos e atores sociais na segunda metade do século XX – ações que constituíram novas demandas, formas de organização e identidades – e nas reações patronais a essas mobilizações. Esse processo impulsionou a ampliação do debate público sobre a reforma agrária e as transformações nos direitos dos trabalhadores rurais.

O segundo bloco de textos, intitulado *A Luta pela Terra: História e Mobilização do MST*, é dedicado mais especificamente à trajetória da criação e desenvolvimento do MST, abordando sua origem, consolidação e territorialização em várias regiões do Brasil, com ênfase nas suas relações com outros movimentos e organizações ao longo do tempo. Assim, salientam-se as interações específicas nesses vários contextos de mobilização. Nesse segundo bloco estão os artigos *Formação e territorialização do MST no Brasil*, de Bernardo Mançano Fernandes; *Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul*, de Miguel Carter; *Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana*, de Lygia Maria Sigaud; e *De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará*, de Gabriel Ondetti, Emmanuel Wambergue e José Batista Gonçalves Afonso.

Bernardo Mançano Fernandes explicita sua insatisfação em relação às políticas públicas em prol da reforma agrária, da ditadura militar aos dias atuais. O autor consegue, com riqueza de detalhes e rigor metodológico, contextualizar o MST na conjuntura política brasileira, desde a fase de gestação (1979-1984), passando pelo processo de mundialização (quando se articula à Via Campesina), chegando à primeira década do século XXI. Um dos principais argumentos do texto é que o Estado “não é determinante, nem propositivo. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses” (p.162). Neste sentido, defende

a necessidade de atuação dos movimentos sociais para a promoção da reforma agrária, que até o momento não tem desconcentrado a terra; ou seja, da forma como vem sendo realizada, ela “só minimiza a intensidade da sua concentração” (p. 192). Conclui ainda que “a cada ano, o agronegócio se territorializa com mais rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa” (p. 192).

No terceiro bloco de textos, reunidos sob o título *Luta na Terra: o MST e os Assentamentos*, os autores se esforçam para compreender as ligações entre a luta do MST e as práticas nos assentamentos, demonstrando os desafios posteriores à conquista da terra. Os assentamentos são discutidos - em estudos mais focados e empiricamente densos - como espaços privilegiados para a construção de novas identidades e alternativas sociais, políticas e econômicas nos vários contextos locais. Esse bloco é composto pelos seguintes artigos: *A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*, de Miguel Carter e Horacio Martins de Carvalho; *Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais*, de Sonia Maria P. P. Bergamasco e Luiz Antonio Norder; *Construindo a comunidade: um assentamento do MST no Nordeste*, de Elena Calvo-González; e *Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência*, de Wendy Wolford.

O trabalho de Wendy Wolford discute as relações entre o MST do sul do país e os trabalhadores de cana-de-açúcar em Pernambuco no processo de mediação social, demonstrando as diferentes representações sobre o significado da terra, alicerçadas em memórias sociais distintas, o que por vezes ocasionou significativas dissidências e distanciamentos.

O quarto bloco de textos, intitulado *MST, Política e Sociedade no Brasil*, é dedicado às discussões sobre as relações entre Estado, política representativa e MST, demonstrando as interações desse movimento no espaço público ao longo das últimas décadas. Destacam-se as análises sobre o direcionamento das agendas políticas governamentais, as aproximações e distanciamentos com partidos políticos, as interações com as representações de legalidade do poder judiciário etc. Nesse bloco encontram-se os artigos *O impacto do MST no Brasil de hoje*, de Plínio

de Arruda Sampaio; *Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*, de Sue Branford; *O MST e o Estado de Direito no Brasil*, de George Meszaros; *Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros*, de Marcelo Carvalho Rosa; e *Somos a perigosa memória das lutas*, de Hamilton Pereira.

George Meszaros argumenta em seu texto que as representações do judiciário, tanto sobre o MST quanto sobre as leis que o envolvem, são enganosamente simplificadas, dando um teor de caricatura com forte conotação política, opondo o MST à lei e, assim, reforçando a necessidade de limitar as ações do Movimento pelo uso da força. Em seguida, apresenta uma perspectiva alternativa sobre a relação entre MST e legalidade, uma interação positiva que reforça o valor dos movimentos sociais de impulsionar novas ordens jurídicas.

Nas considerações finais do livro, Carter recupera críticas à atuação do MST de autores como José de Souza Martins, Zander Navarro, Francisco Graziano e Denis Lerrer Rosenfield, que argumentam que o Movimento tem como características a manipulação das massas populares, a imposição de um projeto externo às suas vivências, autoritarismo arcaico que ameaçaria a democracia brasileira.

Carter rebate essas críticas enfatizando que elas não colocam centralmente a questão da desigualdade social e sua reprodução no processo histórico brasileiro. Afirma que o MST é um movimento aberto ao debate, construtor de concepções - legais, políticas e sociais - alternativas em conjunto com os atores envolvidos, o que tem feito dos assentamentos espaços de melhora na qualidade de vida dos assentados e dinamização local.

Para Carter, o MST não representa um risco para a democracia, mas sim evidencia uma fase histórica de “democracia radical”, em que grupos populares autonomamente organizados, percebendo sua exclusão, exigem justiça social, no que Amartya Sen chamou de “impaciência construtiva” (p. 519).

Dessa forma, o livro contribui na compreensão sobre o desenvolvimento da questão agrária brasileira e sobre o significado da atuação do MST

nesse processo, fomentando o debate sobre as consequências (sociais, políticas, econômicas e culturais) das mobilizações de vários movimentos sociais. Destaca-se, assim, a relevância desse movimento para a democratização das relações sociopolíticas no campo e para o combate às resistentes desigualdades sociais brasileiras. É uma obra que servirá de inspiração e estímulo a profundos debates, pesquisas e reflexões.

Resenha recebida para publicação em:

14 de dezembro de 2011.

Resenha aceita para publicação em:

5 de abril de 2012.

Como citar este artigo:

ZANGELMI, Arnaldo José; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. MST e Reforma Agrária: breves notas sobre o livro “Combatendo a desigualdade social”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 1, p. 163-168, 2012.